

Passarinho diz que governo está “imobilizado”

O presidente Fernando Collor de Mello e o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, concluíram na sexta-feira, durante reunião no Palácio do Planalto, que o governo está completamente imobilizado com a decisão do Congresso de derrubar a Medida Provisória 296. Segundo Passarinho, o Congresso mostrou, por maioria, que não quer as correções salariais propostas para os servidores do Executivo e, ao mesmo tempo, o governo não pode tomar mais qualquer medida, informou a Agência Globo.

“Eu acho que não haverá nenhuma medida provisória agora. O governo sente-se imobilizado em relação ao que fez o Congresso. Então, cabe ao Congresso tomar a decisão. A coisa ainda está nebulosa. Em consequência, o governo se resguarda e se reserva o direito de analisar o passo que deve ser dado pelo governo para tentar corrigir o que nós chamamos de uma solução impensada por parte da Câmara”, disse o ministro, na sexta-feira, em Brasília.

E continuou: “Nós não podemos fazer uma nova medida provisória para tentar diminuir as discrepâncias (salariais), porque agora é inconstitucional. Como vamos resolver?”. O ministro da Justiça considerou que “está muito difícil nós ajudarmos a melhorar a condição do funcionalismo público da União”.

O presidente Fernando Collor só vai decidir o que fazer para resolver o impasse do aumento dos servidores públicos depois que a Consultoria Geral da República der um parecer sobre a constitucionalidade do decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional (ver matéria ao lado). O governo espera que os próprios parlamentares encontrem uma saída para a situação criada com a rejeição da MP 296.